

1ª EDIÇÃO



A “NOVA CLASSE MÉDIA” NO BRASIL COMO CONCEITO E PROJETO POLÍTICO

Organização Dawid Danilo Bartelt

Rio de Janeiro, 2013

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Editor e organizador

Dawid Danilo Bartelt

Assistente de edição

Manoela Vianna

Revisão

Helena Costa

Projeto gráfico

Inventum Design

Impressão

Gráfica Minister

Tiragem

1000 exemplares

Esse livro foi financiado com recursos da Fundação Heinrich Böll.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

Rua da Glória, 190/701 - Glória

CEP 20.241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel. 55 21 3221 9900 **Fax** 55 21 3221 9922

info@br.boell.org

www.br.boell.org

Bartelt, Dawid Danilo (org.)

A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo

Bartelt (org). — Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. - 184 p.;15,5 cm x 22,0 cm

ISBN 978-85-62669-10-1

1. Bartelt, Dawid Danilo. 2. Classe média – Brasil. 3. Aspecto Político.

4. Cidadania. 5. Saúde. 6. Educação. 7. Gênero.

I. Título.

CDD 320.981 (versão 1.10 CD)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

SEÇÃO A: “Nova Classe Média:” alcance, falhas e benefícios de um conceito

Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média	16
Celia Lessa Kerstenetzky e Christiane Uchôa	
Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000	32
Waldir José de Quadros, Denis Maracci Gimenez e Davi José Nardy Antunes	
Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil	43
Lucia Cortes da Costa	
A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo	56
Jessé Souza	
A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade	69
Sonia Fleury	
Nova classe média: um delírio coletivo?	84
Eliana Vicente	

SEÇÃO B: Direitos e Cidadania: alcance, falhas e benefícios de um projeto político

Que Brasil estamos construindo?	96
Cândido Grzybowski	
Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania. Nova Classe Média, Utopia de um futuro fugaz?	106
Amélia Cohn	
Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também?	115
Claudio Salm e Ligia Bahia	
A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo	124
Marilene de Paula	
Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média”	136
Nina Madsen	
Necessidades Humanas e da Terra Versus Necessidades do Capital	146
Ivo Poletto	

SEÇÃO C: Aspectos da dimensão internacional

Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média	156
Marcio Pochmann	
A “classe média” como realidade e como ficção. Um ensaio comparativo Brasil - Portugal	171
Elísio Estanque	

* TÊNIS, BERMUDA, FONE NO OUVIDO... VAI SAÚDE E EDUCAÇÃO TAMBÉM?

Claudio Salm e Ligia Bahia¹

Nesse artigo buscamos examinar alguns aspectos das relações entre a chamada “Nova Classe Média” (NCM) e as políticas de saúde e educação.

Graças ao ciclo ascendente do mercado mundial de *commodities* e do consequente aumento na nossa taxa de crescimento do PIB, a partir de 2003 grandes contingentes de trabalhadores foram incorporados à base da nossa pirâmide ocupacional urbana, especialmente nos serviços. Esse surpreendente aumento do emprego concentrou-se em ocupações de menor qualificação, mas típicas dos decis situados logo acima dos relativos à pobreza e à miséria. A multidão recém incorporada dessa forma ao mercado foi denominada por uma sociologia de araque de “Nova Classe Média”.

Para começar, não cabe repetir aqui todas as críticas já feitas ao conceito de “NCM” (POCHMANN, 2012; QUADROS, 2009; SOUZA, 2009). Basta lembrar que o conceito de classe média construído pela sociologia clássica enfatizava ou a propriedade ou a educação diferenciada desses segmentos. A nova denominação reduz o conceito de classe média à dimensão econômica da renda - àqueles capazes de abrir um crediário. Dessa forma, transfigurou-se o conceito de classe média em média das classes. De fato, “(...) nada obscurece de modo tão eficaz a nossa visão social quanto o preconceito economicista” (POLANYI, 2012: 372).

Mas, independente do nome, do rigor conceitual, trata-se de fenômeno importante e que deveria suscitar várias indagações interessan-

¹ Cláudio Salm é professor aposentado do IE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Ligia Bahia é professora da Faculdade de Medicina e do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ.

tes. Que impactos teriam essas transformações econômicas e sociais sobre as necessidades de saúde? Que novos desafios seriam apresentados à educação? Sabemos que os riscos a que estão expostos os vários segmentos da população podem variar em função da renda e da ocupação, o que irá redefinir o perfil epidemiológico. Sabemos também que as habilidades requeridas do jovem que ingressa na indústria diferem daquelas valorizadas nos serviços, o que apresenta desafios para uma educação que se pretende orientada para a empregabilidade. São todas, sem dúvida, questões relevantes e familiares aos cientistas sociais.

Entretanto, não são essas as interrogações que têm dominado o debate sobre os impactos provocados pelo dinamismo e pelas alterações na nossa estrutura ocupacional. Pode parecer estranho, mas o que resalta nesse debate hoje é uma discussão sobre a suposta “preferência” da “nova classe média” (haja aspas!) por serviços privados de saúde e educação. Enquanto aquelas questões, relativas às mudanças nas necessidades sanitárias e educacionais em função das transformações econômicas e sociais fazem sentido, a discussão aqui abordada - se os atendimentos devam ser públicos ou privados - constitui, *per se*, tema bizarro. A origem dessa discussão, que não se refere nem às coisas da lógica nem à lógica das coisas, poderia ser mais bem traçada por um Freud, mas, já que foi nesses termos que o debate tomou conta da área, não podemos nos furtar a participar.

É uma ironia, mas, em que pese a forte retórica antiliberal, foi nos governos Lula que mais se consolidou a saúde e a educação como *business*, o que pode ser constatado de vários ângulos - seja pela enorme expansão das atividades privadas tanto em saúde como em educação, seja pela abertura de capital em bolsa de empresas desses setores que a partir de 2004 tornam-se grandes empreendimentos.

Foi nesse período que se estabeleceu uma forte associação entre a emergência da chamada “nova classe média” e uma suposta preferência pelas soluções de mercado na prestação de serviços de saúde e de educação.

Tal associação, ainda que pudesse ser passível de verificação empírica, seria espúria. Carece de fundamentação teórica, antecedentes históricos e até mesmo de bom senso mercadológico. Desse último ponto de vista, o máximo que se pode afirmar é que segue vigente o velho “feito demonstração” - não há nada que prenuncie um comportamento diferente por parte dos segmentos emergentes, ainda mais num mundo dominado pela

propaganda em todas as mídias e às quais a “nova classe média” tem amplo acesso. Se, digamos, as classes médias tradicionais sempre demonstraram uma preferência pela escola básica privada e pelo ensino superior público, o mais provável é que, pelo efeito demonstração, a NCM irá reproduzir o mesmo padrão de comportamento.

Assim, dessa perspectiva econômica estreita, a emergência da “nova classe média” representaria mais do mesmo. Esses novos segmentos são, antes de tudo, apenas novos consumidores; aqueles capazes de comprar um plano de saúde e de pagar matrículas em estabelecimentos particulares de ensino em qualquer nível e modalidade (como informática, inglês, espanhol ou mandarim). Não seriam portadores de qualquer renovação de valores, nem trariam qualquer mensagem de mudança. Nesse sentido, são conservadores como bem mostrou o filme “Família Braz”. Do ponto de vista da demanda, não haveria nada de específico, de diferenciado, nessa expansão do mercado de educação e de planos de saúde que pudesse ser atribuído à emergência da NCM.

Podem ser tentador pretender dizer qual a preferência deste ou daquele segmento a respeito do atendimento público e do privado, como também seria fácil conseguir fragmentos de evidência que possam respaldar uma preferência pelo mercado. Mas, nenhum analista sério deveria alardear fazer uso desse eventual consenso a respeito da preferência pelos serviços privados. Nessa matéria, não cabem pesquisas de opinião. Afinal, não estamos num programa de auditório (“Vocês preferem SUS? Vocês preferem plano? Vocês querem bacalhau?”). Formular políticas tão importantes quanto são as políticas de saúde e de educação com base em suposições a respeito do individualismo metodológico é levar a falácia economicista ao absurdo (POLANYI, 2012).

Do lado da oferta, quer dizer, dos interesses empresariais envolvidos, o aumento da classe “C” e a crescente mercantilização da educação e da saúde, representa, tão somente, mercados em expansão, sejam mercados de bens e serviços, sejam de novas frentes de acumulação financeira. O fato de essa expansão ser turbinada por estímulos e renúncias fiscais em nada altera sua natureza. Quanto mais a demanda puder ser atendida por recursos fiscais, melhor para a “indústria”. A recente reunião de empresas de planos e seguros de saúde com a Presidente Dilma e diversos Ministros (divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo em 27/02/2013) imprimiu à atual agenda política o estilo do regime militar de atribuir às empresas privadas a res-

ponsabilidade pela assistência à saúde com apoio de recursos públicos. Nos anos de chumbo, a transferência de recursos públicos à demanda e oferta de serviços privados de saúde estimulou a construção de hospitais privados e empresas de planos de saúde para absorver o atendimento dos então trabalhadores de setores melhor estruturados. No revival, a ressurreição das teses sobre o atendimento diferenciado à expansão da demanda tende a resultar em promissor aumento do mercado financeiro.

Surtos de expansão de mercados são próprios do capitalismo. A última grande onda expansionista ocorreu nas três décadas depois da 2ª guerra mundial. Se nos EUA, os “anos dourados” foram marcados pela difusão dos bens duráveis de consumo que tão bem caracterizam o *american way of life*, na Europa sobressaem as políticas universais de saúde e educação, postas em prática a partir das propostas revolucionárias de Beveridge, a construção do *Welfare State*, movimento que inspirou a nossa constituição de 1988. O que existe de novo é que tanto Beveridge quanto a Constituição Cidadã parecem, hoje, ideias fora do lugar. Ao invés de prosseguirmos na construção de um Estado capaz de prover o bem estar social naquilo que é importante, prefere-se subsidiar com recursos fiscais toda e qualquer demanda dita social através do mercado. E tudo cabe no mesmo saco das políticas sociais redistributivas ou progressistas.

A respeito do uso de mecanismos de mercado para atender às metas sociais, cabe lembrar um vídeo bastante divulgado na internet, no qual Michael Moore pergunta a um entrevistado o que ocorreria se a Inglaterra acabasse com o National Health System (NHS). “Haveria uma revolução”, respondeu o velho socialista Fabiano. Nem Margaret Thatcher, a mais voraz privatista da história contemporânea, conseguiu privatizar o NHS.

No entanto, é inegável que existem sim aqueles que preferem a via privada por conta das conhecidas críticas às ineficiências que seriam inerentes à gestão pública. Tais restrições ganharam força com a onda neoliberal que veio imbricada com a 3ª revolução industrial. Com o suposto fim da produção em massa, as novas tecnologias apontariam para a possibilidade de atendimentos mais personalizados, o que seria incompatível com a natureza do serviço público. Bobagem, puro preconceito.

Acabar com o NHS era impensável, o que, porém, não impediu Margaret Thatcher de promover reformas de gestão de pessoal, baseadas em incentivos e metas individuais visando incorporar ao serviço público comportamento pautado pela já referida ficção economicista do *homo oeconomicus*.

Essas reformas gerenciais não trouxeram resultados. O que falta, tanto aqui quanto lá não são incentivos individuais e metas - sempre fáceis de burlar pelo seu cumprimento meramente formal, -mas sim o *ethos* do serviço público. (a esse respeito ver o documentário “A Armadilha: Para Onde Foram Nossos Sonhos de Liberdade”, BBC, 2011).

Se a NCM per se não nos inspira maiores reflexões a respeito de mudanças comportamentais, as transformações em curso, das quais esses segmentos fazem parte, apresentam especificidades interessantes.

A nova estrutura ocupacional, com a crescente importância do emprego em serviços, distancia-se da cultura da classe operária tradicional, uma cultura que valorizava os ofícios. Os requerimentos de qualificação de uma economia que depende cada vez mais dos serviços são diferentes. Saber falar de forma correta e articulada torna-se tão ou mais importante do que saber fazer. E falar direito se aprende na escola. É na escola básica onde todos podem adquirir as credenciais, onde se aprende a emitir os sinais que o mercado valoriza. Daí que a escolaridade regular passa a ter crescente importância em relação ao domínio de um ofício manual. Os novos requerimentos de escolaridade passam a compor o perfil da classe trabalhadora em geral e não será por adquirir essas credenciais educacionais que a massa dos trabalhadores em serviço transforma-se em classe média.

Se a “nova” classe média é muito diferente da classe média tradicional, é diferente também da classe trabalhadora tradicional – a do Zé do Boné – simplesmente porque a classe trabalhadora como um todo vem mudando. Nem o clássico boné, nem o martelo na bigorna continuam como ícones representativos da nova classe trabalhadora como um todo. Pelas roupas não se percebe nada que expresse forte identificação com classes ou segmentos tradicionais, sejam eles melhor ou pior situados na escala de renda. Ao contrário, basta observar como se vestem para ver a preocupação em integrar um novo padrão geral - tênis, bermuda ou jeans, mochila, fone de ouvido (ou seja, conectados, habilitados a formar juízos rapidamente e a atuar em conjunto).

O afã em garimpar algo de novo, diferente, específico na NCM, faz surgir algumas interpretações bem esdrúxulas. Impressionados com o fenômeno da terciarização da economia brasileira (e que ocorre, também, no mundo todo), alguns descobrem, ou melhor, inventam uma vocação brasileira para o “servilismo” (Carta Capital, 2013), como se trabalhar em serviços fosse necessariamente algo servil por natureza, indigno do trabalhador da indústria, ativo e consciente.

Existe aqui uma confusão entre “serviçal” e “trabalhador em serviços”, confusão essa que advém do fato de ambos prestarem serviços às pessoas. O grande aumento do emprego em serviços vem provocando certo mal estar entre analistas mais atentos à estrutura ocupacional. Naturalmente, evoca a velha, entediante e anacrônica discussão sobre trabalho produtivo x trabalho improdutivo. O grande contingente que trabalha em serviços aparece como uma anomalia, um retrocesso; é associado a quem é “serviçal”, que pertence à criadagem. Serviçais e trabalhadores em serviços podem prestar serviços pessoais, mas as relações sociais a que se submetem são radicalmente distintas. O “serviçal” está associado à criadagem, àqueles que são remunerados como gastos de renda – de consumo – dos que os contratam diretamente. São os empregados domésticos. Pode ser também o rapaz contratado para passear o cachorro. Mas não é o caso de quem trabalha numa empresa que faz serviços de faxina nem de quem trabalha numa *pet shop*, numa escola ou em um hospital. Como sempre, a distinção não está na qualificação do posto de trabalho, mas na relação social. O serviçal não gera mais valia, enquanto que o trabalhador em serviços está inserido numa relação capitalista tanto quanto um operário industrial. A grande maioria dos recém incorporados nas atividades terciárias é composta de assalariados, contratada por capitais que buscam valorização como em qualquer outro setor.

Certamente esses novos trabalhadores apresentam traços novos, diferentes do estereótipo do antigo “proletariado” — o que não os transformam nem em classe média, nem os tornam mais ou menos servis. Trata-se da nova classe trabalhadora, nem mais nem menos combativa. Se possui características que não correspondem ao paradigma “proletariado”, essas devem ser analisadas e não usadas para estigmatizar a maioria dos novos trabalhadores.

Todos, NCM ou classe operária de macacão, querem, óbvio, acesso a bom atendimento em saúde, a uma educação de qualidade, tanto como segurança e transporte. Todas essas são atividades essencialmente públicas e não há qualquer evidência em nenhum lugar do mundo de que sejam mais bem atendidas pela empresa privada do que pelo Estado. Se hoje tanto a “nova classe média” quanto a classe operária de macacão almejam um plano de saúde, uma matrícula em faculdade particular, isso não revela posição ideologizada ou de princípio, mas tão somente um estado de coisas meramente circunstancial.

Como confirma recente pesquisa (LAVINAS, 2012), a NCM tem posições conservadoras. Acreditam, por exemplo, que as melhorias que experimentam advieram de seu esforço, de seu trabalho, mas não é reacionária. Para enfrentar as desigualdades sociais, a pesquisa nos informa que essa NCM confia mais na ação do Estado do que nos mecanismos de mercado, o que não implica renunciar aos prazeres do “consumismo” recém conquistado incluindo, se possível, plano de saúde e escola particular.

No Brasil, a discussão público x privado parece não empolgar a maioria. As políticas em curso de privatização da saúde e educação são contingentes, não se pautam por programas ideológico-partidários, mas pelo pragmatismo de buscar atender demandas em rápida expansão e pela racionalidade de coalizões político-eleitorais. Portanto, é de se esperar que na medida em que se acumulem as experiências negativas da privatização, a pressão por um efetivo *Welfare State* seja apenas uma questão de tempo. Por quê?

Porque na saúde, o padrão de inovação tecnológica tal como vem sendo incorporado especialmente pelos serviços privados, incentivando um consumismo acríptico de medicamentos e exames, conjugado com o envelhecimento populacional e aumento de agravos e doenças exigentes de tratamentos prolongados, tem elevado sobremaneira os custos (VIANA, 2012). É esse o motivo alegado para ampliar subsídios para os planos. Sem os subsídios, o atual mercado fica inviabilizado, a menos que as empresas possam se livrar da carga excessiva de “usuários-problema”.

O que é lógico esperar? Que os planos busquem selecionar seus clientes, dando preferência a quem não é doente e apenas enquanto for saudável. Caso os planos não possam elevar os seus preços de forma a acompanhar os custos em ascensão, terão que coibir o atendimento, como, aliás, é o que já estamos assistindo: saúde racionada. Filas estão deixando de ser atributo exclusivo do SUS e os gastos com saúde aumentam exponencialmente. Na educação ocorre o contrário. A queda na fecundidade – iniciada na década de 1960 do século passado, – diminui a pressão geral por novas vagas no ensino fundamental. Seria o caso de aproveitar os recursos excedentes pela menor demanda por vagas no ensino fundamental para melhorar a qualidade do ensino público e aumentar as horas de permanência na escola.

Uma assistência à saúde racionada, seja ela pública ou privada, da mesma forma que faculdades que não conseguem sequer complemen-

tar uma educação básica deficiente, além de não atender os requisitos mínimos do desenvolvimento, irão comprometer fatalmente o extravagante consenso atual pró-mercado.

Nem aqui, nem em qualquer parte do mundo, os ataques ao *welfare* estiveram baseados em demonstrações de superioridade da empresa privada sobre as instituições públicas de saúde e educação.

Que caminhos o Brasil irá adotar, vai depender de um “pega prá capar” cuja importância não queremos desconhecer e nem temos a pretensão de elucidar aqui. Mas o que nos parece claro é que a NCM, ou a classe trabalhadora emergente, não irá impor qualquer definição.

A decisão sobre a estratégia, se estatal ou privatista, cabe aos governos e, principalmente, aos partidos políticos. Se vamos ou não conseguir nos livrar de tantos mitos envolvidos nas pressões sobre os custos em saúde (inovações tecnológicas), bem como do credencialismo vazio da educação, são interrogações que transcendem o pobre debate privado x estatal.

BIBLIOGRAFIA

BBC (British Broadcasting Corporation) *The Trap: What Happened to Our Dream of Freedom*. Television Documentary Series. Human beings will always betray you, 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=7qwwASfLPLw>>

CARTA CAPITAL. *Serviços do Brasil*. Edição 732. 22 de janeiro de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *União quer ampliar acesso a planos de saúde*. *Cotidiano*. C3. 27 de fevereiro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Despesas Públicas em Educação, 2013*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas_publicas>

LAVINAS, L. (coord.) “*Medindo o Grau de Aversão à Desigualdade da População Brasileira*”. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, 2012. Disponível em <<http://www.plenitude21.com.br/p21/lena2012.pdf>>

OMS. Organização Mundial da Saúde. Global Health Observatory Data Repository. *Health financing: Health expenditure ratios data by country, 2013*. Disponível em <<http://apps.who.int/gho/data/node.main.485>>

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.

POLANYI, K. (Org.) *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

QUADROS, W. J. GIMENEZ, D. M. E ANTUNES, D. J. N. “O Brasil e a nova classe média dos anos 2000”. *Plataforma Política Social*. Texto para Discussão, 2012. Disponível em <<http://www.politicassocial.net.br/index.php/textos-para-discussao/173-textos-para-discussao5.html>>.

VIANA, J. F. M. *Saúde supletiva: Estado, famílias e empresas em novo arranjo institucional*. Dissertação Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2012.